

OS PROBLEMAS DA DROGADIÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO E SEU ENFRENTAMENTO JURÍDICO (APOIO UNIP)

Aluno: Rodrigo Homem da Silva Frazão

Orientadora: Profa. Valéria Cristina Farias

Curso: Direito

Campus: Santos Rangel

O objetivo deste trabalho acadêmico é apresentar a estrutura funcional da parceria entre o Governo do Estado de São Paulo e o Tribunal de Justiça, por meio do “Programa Recomeço” e da cartilha “Prevenir é agir – Drogas”, com enfoque na prevenção pela educação e na oferta de tratamento digno, voluntário ou involuntário, cujo objetivo se perfaz com a reinserção social do indivíduo à sociedade e sua profissionalização para evitar sua marginalização. Além disso, apresentar a atual “Lei de Drogas” apontando suas principais lacunas e inovações propostas pelo legislador no PL nº 37/ 2003, da Câmara dos Deputados. O método utilizado foi o levantamento bibliográfico, artigos publicados em *sites* especializados, canais de mídias sociais e debates legislativos sobre o assunto. O desenvolvimento foi obtido pela análise da lei vigente; identificação dos pontos mais cruciais do projeto da nova lei e levantamento de argumentos bastante sólidos para apresentar a necessidade de um processo legislativo que acompanhe a realidade social. Mesmo diante das tentativas estatais para conter o avanço e o consumo das drogas, o êxito almejado ainda não foi alcançado, porém, este trabalho vai apontar qual o foco mais eficaz para o tratamento dos dependentes químicos. Há de se mencionar que isso demonstra um novo marco legal para que o Estado enfrente a drogadição de modo mais rápido e eficiente: educação para prevenção ao uso e formação profissionalizante do usuário em tratamento com cooperação entre os três Poderes da República.